



PROPOSTAS DE ORIENTAÇÕES EUROPEIAS

# Potenciar as Infra-estruturas para a Actividade Física de Lazer na Comunidade

EM PROL DA EQUIDADE SOCIAL, DA COLABORAÇÃO INTERSECTORIAL E DA PARTICIPAÇÃO

Versão definitiva, Março de 2011



Estas orientações foram desenvolvidas através de uma colaboração entre cientistas e políticos oriundos de doze países europeus participantes no projecto IMPALA, financiado pela UE.

O projecto IMPALA tem por objectivo contribuir para uma maior concertação de esforços nos países europeus tendentes ao








desenvolvimento de infra-estruturas locais destinadas à actividade física nos tempos livres.

As orientações apresentam um conjunto de critérios para boas práticas, ilustrados por casos de estudo de vários países. O objectivo dos critérios é melhorar as oportunidades para alcançar os princípios de equidade, colaboração

intersectorial, e participação.

As orientações definem vias que permitem avaliar e melhorar as infra-estruturas para a actividade física nos tempos livres em cinco grandes áreas: elaboração de políticas, planeamento, construção, financiamento e gestão.

# Índice

	O propósito .....	4
	O conteúdo .....	6
	- Infra-estruturas	
	- Desenvolvimento	
	Como usar estas orientações .....	10
	Critérios de boas práticas: Políticas .....	11
	- Avaliação	
	- Melhoria	
	- Exemplo de boas práticas	
	Critérios de boas práticas: Planeamento .....	17
	- Avaliação	
	- Melhoria	
	- Exemplo de boas práticas	
	Critérios de boas práticas: Construção .....	23
	- Avaliação	
	- Melhoria	
	- Exemplo de boas práticas	
	Critérios de boas práticas: Financiamento .....	29
	- Avaliação	
	- Melhoria	
	- Exemplo de boas práticas	
	Critérios de boas práticas: Gestão .....	35
	- Avaliação	
	- Melhoria	
	- Exemplo de boas práticas	
	Autores e Colaboradores.....	41
	Resumo dos critérios de boas práticas.....	43
	Anexos.....	45
	- O projecto IMPALA	
	- Contexto político das presentes orientações	
	- Desenvolvimento das presentes orientações	
	- Bibliografia	
	- Modelo de exemplo de boas práticas	

# O propósito das orientações

Estas orientações apoiam o objectivo da União Europeia (UE) de promover o bem-estar dos seus povos (art. 3º do TUE), e destacam ainda a função social do desporto e da actividade física (art. 165º do TFUE).

## Porquê estas orientações?

Na UE, dois terços da população adulta não atingem os níveis recomendados de actividade e existem assimetrias sociais.

Embora as pessoas mais carenciadas tenham mais probabilidade de se dirigirem a pé ou de bicicleta para os locais de trabalho ou de compras do que as que auferem maiores rendimentos, é também provável que sejam elas a ter menos actividade nos tempos livres. A ausência de instalações desportivas nas proximidades, de transportes ou de recursos financeiros suficientes pode constituir um obstáculo que as impede de participar em actividades físicas nos tempos livres.

Um conjunto de documentos políticos publicados pela UE e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) realça a importância de igualizar as oportunidades para a participação em actividades físicas através de abordagens inclusivas e participativas, redes de intervenientes e acções multi-sectoriais.

• 2005 Livro Verde da UE „Promoção de regimes alimentares saudáveis e da actividade física – uma dimensão europeia para a prevenção do excesso de peso, da obesidade e das doenças crónicas“

• 2007 Livro Branco da UE sobre o Desporto

• 2008 Orientações comunitárias em matéria de actividade física que recomendam acções políticas em favor de actividades físicas benéficas para a saúde

• 2006 Promoting Physical Activity and Active Living in Urban Environments. The role of local governments [Promoção da Actividade Física e da Vida Activa em Ambientes Urbanos. O papel das autarquias locais], da OMS Europa

• 2004 Estratégia Global da OMS em matéria de Regime Alimentar, Actividade Física e Saúde

Tema central em todas estas estratégias é o forte destaque atribuído às intervenções políticas e ambientais, que se afigura altamente promissor para aumentar os níveis de actividade física da população. Realçam-se as principais características de tais intervenções: forte intervenção e liderança do governo, acção baseada na comunidade e o potencial que os desportos organizados podem ter na



sociedade para melhorar o comportamento perante a Actividade Física (AF) e a saúde pública.

## O que é que as orientações acrescentam?

Como os documentos estratégicos, só por si, não disponibilizam os conselhos necessários para produzir uma acção eficaz, as presentes orientações apresentam algumas perspectivas sobre como fazê-lo. Contando com a experiência colectiva dos parceiros que colaboram no projecto IMPALA, as orientações reflectem uma variedade de diferentes experiências e, como tal, são relevantes para o leque de contextos presentes em vários Estados-Membros e regiões da UE. As orientações contêm um conjunto de critérios para boas práticas, e são ilustradas por casos de estudo de boas práticas. Constituem um ponto de partida para melhorar as normas e devem ser objecto de revisões e alterações ao longo do tempo, à medida que se forem obtendo novos conhecimentos e experiências na área.





### *(1) Equidade social*

O valor da equidade social no contexto destas orientações remete para um conceito de justiça, assegurando que a distribuição de oportunidades para a prática da actividade física tendo em vista o bem-estar se baseia em necessidades. É atribuída uma prioridade elevada a acções cujo objectivo é melhorar situações ao nível local em bairros (e para certas comunidades) onde as necessidades são maiores.

Uma tal abordagem direccionada exige uma acção concertada que promova o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à actividade física nos tempos livres, particularmente em zonas carenciadas.

### *(2) Colaboração intersectorial*

As orientações pressupõem que a colaboração intersectorial tem lugar para benefício mútuo, quer entre diferentes sectores políticos, por exemplo desporto, saúde, planeamento urbano, quer entre os sectores público, privado, e o denominado terceiro sector, no qual se incluem, por exemplo, associações desportivas e outras organizações de voluntariado.

### *(3) Participação*

Estas orientações pressupõem que quaisquer acções empreendidas para melhorar as oportunidades para a prática da actividade física abarcam uma participação efectiva que conta com o envolvimento directo de múltiplos grupos das comunidades alvo, de políticos e de especialistas na tomada de decisões e na adopção de acções concretas para criar um amplo ambiente facilitador da actividade física.

## O conteúdo das orientações: Infra-estruturas

A “Actividade física de lazer” (AFL) define-se genericamente como abrangendo diferentes formas de desporto, jogo e outras formas de actividade recreativa. Tais actividades podem decorrer praticamente em qualquer lado - estádios, jardins, ginásios, piscinas, lagos, parques ou praças. Esta definição lata abre inúmeras oportunidades para melhorar as infra-estruturas de AFL.

Em consequência, especificam-se três tipos de infra-estruturas de AFL: instalações desportivas, infra-estruturas específicas dos tempos livres e espaços urbanos e verdes. Todavia, estes diferentes tipos não se excluem mutuamente, antes representam estágios diferentes de um contínuo, podendo ir de instalações desportivas clássicas de elevado nível até espaços públicos informais. Além disto, algumas infra-estruturas podem abranger mais do que um tipo.

### Três tipos principais de infra-estruturas

#### (1) Instalações desportivas

por exemplo, piscinas, ginásios ou campos desportivos.

#### (2) Infra-estruturas de tempos livres

que disponibilizam oportunidades específicas para o desporto e a actividade física (por exemplo, parques, áreas de recreio, e ciclovias).

#### (2) Espaços urbanos e verdes

utilizáveis para a prática desportiva e a actividade física (por exemplo, ruas, espaços públicos, florestas, e praias).



Figura 1: Os vários tipos de infra-estruturas de AFL

*A elaboração de políticas é a chave para o sucesso!*

Ter em vigor políticas específicas constitui a pedra angular para melhorar as infra-estruturas de AFL para apoio à actividade física. O papel destas orientações consiste em destacar a função que a política pública pode desempenhar na formatação de ambientes que possibilitem equidade, colaboração intersectorial e participação. Especificamente, as orientações apoiam um leque de actores públicos para avaliar como é que as políticas vigentes podem ser usadas e desenvolvidas para melhorar as infra-estruturas de AFL através de decisões concretas relacionadas com o planeamento, o financiamento, a construção e a gestão das mesmas.

As políticas podem também ser lançadas por organizações não governamentais ou intervenientes voluntários, como federações desportivas, e pelo sector privado (por exemplo, na perspectiva de uma entidade patronal). Tais políticas podem igualmente promover a actividade física noutros ambientes, como redes de clubes ou o local de trabalho.

### *Quatro dimensões de desenvolvimento*

A melhoria das infra-estruturas de AFL envolve uma avaliação e uma acção necessárias em quatro áreas específicas: planeamento, financiamento, construção e gestão. Todas estas áreas estão interligadas e cada uma delas assenta noutra.

### *Política*

As orientações ajudam a identificar políticas relevantes, níveis de tomada de decisão e sectores políticos envolvidos; também apoiam avaliações sobre a contribuição das políticas actuais para a concretização dos objectivos centrais das orientações de equidade social, colaboração intersectorial e participação.

### *(1) Planeamento*

As orientações destacam a importância do planeamento estratégico e de longo prazo. Em particular, identificam um conjunto de requisitos prévios de planeamento, como bases de dados de infra-estruturas e comportamento em AF, e como podem ser utilizados para concretizar os objectivos de equidade social e colaboração intersectorial. Uma lista de verificação de critérios de boas práticas disponibiliza conselhos sobre como reunir parâmetros de planeamento e planificar acções concretas em conjunto com todos os grupos e intervenientes relevantes.





#### (4) *Gestão*

As orientações incidem sobre modos de funcionamento óptimos para gerir a real melhoria das infra-estruturas de AFL. Os critérios de boas práticas sobre gestão elencam diferentes indicadores para avaliar modos de funcionamento existentes. Disponibilizam ainda orientação para melhorar a gestão das infra-estruturas no que respeita à equidade e à cooperação com vários sectores políticos e diferentes intervenientes.

#### (2) *Construção*

As orientações ajudam a avaliar se o ambiente construído permite a melhoria das infra-estruturas, e descrevem abordagens para avaliar tipos, quantidades, qualidade e localizações das infra-estruturas construídas. Os critérios para as melhorias incidem na forma como as infra-estruturas podem ser integradas para reforçar a equidade social, a colaboração intersectorial, e as abordagens participativas.

#### (3) *Financiamento*

As orientações apresentam formas de maximizar oportunidades para várias origens e modelos de financiamento e dão indicadores que podem ajudar a identificar procedimentos de financiamento existentes e a medir a qualidade do financiamento actual ao nível local. As listas de verificação de critérios de boas práticas consideram ainda o impacto de vários modelos de investidor, de subsídios e de procedimentos de financiamento em questões de equidade, bem como da colaboração entre diferentes sectores e níveis políticos.

### *As orientações estão essencialmente concebidas para:*

1. *Avaliar o estado de desenvolvimento das infra-estruturas para a AFL*
2. *Melhorar as infra-estruturas de AFL no sentido da equidade, da colaboração intersectorial, e da participação*

As orientações destinam-se a todos os interessados em melhorar o desenvolvimento das infra-estruturas de AFL. São um instrumento de apoio para políticos, especialistas e profissionais com responsabilidades no planeamento, na construção, no financiamento e na gestão de infra-estruturas de AFL, prestando ainda apoio a representantes do sector do voluntariado, tais como associações e clubes desportivos, bem como a outros intervenientes no sector.

As orientações para a melhoria das infra-estruturas de AFL podem ser usadas como uma ferramenta de gestão da qualidade para garantir um nível mínimo de qualidade das estruturas, dos processos e dos resultados.

As orientações apresentam ainda exemplos de abordagens inovadoras e de boas práticas. Incluem casos de estudo apresentados por países participantes no projecto IMPALA.

#### *PRIMEIRA FASE: Avaliação*

O propósito da fase de avaliação consiste em identificar o estágio de desenvolvimento em que se encontra um dado município, região ou país no que se refere às infra-estruturas de apoio à AFL. As orientações utilizam critérios de boas práticas que ajudam a avaliar se os actuais procedimentos de planeamento, construção, financiamento e gestão de infra-estruturas contribuem para os objectivos de equidade social, colaboração intersectorial e ajudam a assegurar que a participação de perspectivas relevantes nos processos de desenvolvimento foi alcançada. É essencial construir esta base de conhecimentos para identificar as áreas prioritárias de acção para cada contexto específico.

### *Utilização das orientações em diferentes contextos*

É reconhecido que alguns países europeus operam no âmbito de diferentes contextos jurídicos e administrativos e numa variedade de ambientes sociais e económicos. Assim, as orientações disponibilizam um enquadramento abrangente para que os países possam proceder a uma avaliação das acções a empreender para melhorar as infra-estruturas de AFL. Deste modo, recorrendo a estas orientações é de esperar que o contexto possa ser tido em conta no desenvolvimento de abordagens específicas e alguns dos indicadores propostos nas listas de verificação podem ser mais úteis do que outros. Em vez de apresentarem uma „tabela de pontuação“ exaustiva que mostre a proximidade de uma dada situação relativamente às boas práticas, as orientações definem um conjunto de critérios que se podem utilizar e/ou adaptar quer para servirem no contexto de um dado país, quer para reflectirem o estágio de desenvolvimento em que este se encontra.

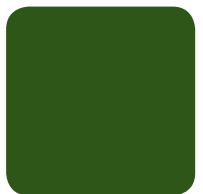
As orientações recorrem a um processo de duas fases para a melhoria das infra-estruturas de AFL: avaliação da situação actual; e proposta para a introdução de melhorias. Cada dimensão é ainda ilustrada por exemplos de boas práticas.

#### *SEGUNDA FASE: Melhoria*

A segunda fase consiste em melhorar as infra-estruturas de AFL. As listas de verificação dos critérios de boas práticas contêm conselhos específicos para planear futuros investimentos, melhorar infra-estruturas existentes, decidir quanto aos modelos adequados de financiamento e de gestão, e desenvolver abordagens de planeamento inovadoras e adaptadas às necessidades de cada contexto específico.



*políticas*



# Fase 1 | AVALIAÇÃO

Critérios de boas práticas

A avaliação das políticas actuais pretende efectuar o levantamento do panorama actual tendo em vista as melhorias a efectuar nas infra-estruturas locais. A análise das políticas deve abranger todos os tipos de infra-estruturas e sectores da AFL, sendo útil identificar políticas não só ao nível local mas também aos níveis regional e nacional. A avaliação contribui para identificar o que pode ser feito para melhorar o planeamento, a construção, o financiamento e a gestão de uma infra-estrutura local.

## a) Identificar políticas públicas em vigor

INFRA-ESTRUTURA	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS	INFRA-ESTRUTURAS DE TEMPOS LIVRES	ESPAÇO URBANO	ESPAÇO NATURAL
SECTOR PÚBLICO				
DESPORTO				
RECREAÇÃO				
TRANSPORTE				
PLANEAMENTO URBANO				
TURISMO				
Saúde				
...				

Identificar políticas públicas, por exemplo, leis, regulamentações, orientações ou documentos similares em todos os sectores que lidam com diferentes tipos de infra-estruturas de AFL. Matrizes como a do exemplo permitem obter uma panorâmica geral das políticas existentes.

## b) Identificar políticas não públicas

As políticas também podem ser desenvolvidas por intervenientes não públicos. Matrizes semelhantes à que acima se apresenta podem ser úteis para obter uma panorâmica geral sobre as instituições do terceiro sector e do sector privado que estão envolvidas no desenvolvimento de infra-estruturas de AFL.

NOME E TIPO DA ORGANIZAÇÃO	NOME E TIPO DO DOCUMENTO POLÍTICO
ORGANIZAÇÕES VOLUNTÁRIAS	
FUNDAÇÕES	
EMPRESAS COMERCIAIS	
...	

## c) Avaliar a qualidade das políticas

Exemplos de indicadores de boas práticas são:

### 1. HÁ POLÍTICAS PARA TODOS OS TIPOS DE INFRA-ESTRUTURAS

Verificar se as políticas identificadas abrangem todos os tipos de infra-estruturas.

### 2. AS POLÍTICAS CONTRIBUEM PARA MELHORAR A EQUIDADE SOCIAL

As políticas consideram os interesses de

- pessoas de baixa condição socioeconómica
- pessoas idosas
- crianças e adolescentes
- mulheres
- minorias étnicas
- imigrantes
- pessoas com incapacidade ou portadoras de deficiência

### 3. AS POLÍTICAS ASSEGURAM A PARTICIPAÇÃO DE DIFERENTES PERSPECTIVAS NA TOMADA DE DECISÕES:

- Organizações de voluntariado
- Representantes de subgrupos da população
- Outros sectores políticos relevantes
- Actores políticos relevantes oriundos de diferentes níveis, como estados federais

### 4. AS POLÍTICAS INCLUEM UM BOM SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E DEFINEM:

- Objectivos concretos
- Recursos afectados
- Fases concretas de implementação
- Resultados previstos
- Como avaliar os resultados

Esta secção contém orientações sobre como é que as políticas podem ser lançadas ou desenvolvidas para melhorar a possibilidade de alcançarem os objectivos de colaboração intersectorial, da participação de diferentes sectores políticos e organizações não governamentais e de representantes de diferentes subgrupos da população e a promoção da equidade social.

### a) Assumir responsabilidades

As colaborações intersectoriais devem identificar um sector principal que assuma a responsabilidade por uma questão particular. Podem existir vários sectores principais dependendo dos contextos, dos diferentes sectores políticos e dos níveis de governo.

### b) Encontrar parceiros para fomentar a colaboração intersectorial e a participação

A melhoria das infra-estruturas depende de uma colaboração intersectorial eficaz. Desde início, é importante considerar um amplo leque de parceiros com interesses e experiências numa dada questão e encontrar forma de os integrar na colaboração para melhorar o seu envolvimento. Importa ter um pensamento que vá para além dos sectores tradicionais, incluindo:

- ONGs/Organizações de voluntariado, como federações desportivas
- Representantes de vários subgrupos da população, (por exemplo, idosos, crianças e adolescentes, imigrantes, ou pessoas portadoras de deficiência)
- Sector privado
- Outros sectores políticos relevantes, como desportos, saúde, recreação, urbanismo, planeamento, economia, turismo, transportes, educação, assuntos sociais, etc.
- Outros níveis do governo, como representantes de órgãos do poder local e regional
- Ciência

### c) Promover a equidade social

#### 1. DEFINIR UMA MISSÃO

Transformar uma política numa tarefa inspiradora susceptível de captar o envolvimento intersectorial.

- Missão colectiva, por ex. uma cidade amiga das bicicletas
- Harmonização de missões, por ex., ligar sustentabilidade

com saúde, ou cidades activas com cidades saudáveis

#### 2. IDENTIFICAR OBJECTIVOS ADEQUADOS

Preparar a missão com todo o pormenor, definindo objectivos específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e oportunos.

- Quais são exactamente os objectivos a alcançar?
- Quais são os grupos populacionais alvo da política?
- Com que cenários é que a política tem de lidar?

Alguns objectivos podem incidir na promoção da equidade social, identificando explicitamente, por exemplo, como se podem eliminar as barreiras à AFL entre pessoas de grupos socioeconómicos mais baixos. Nos incentivos positivos podemos incluir políticas que promovam:

- Instalações desportivas subsidiadas ou de baixo custo
- Instalações desportivas gratuitas
- Variados tipos de infra-estruturas
- Infra-estruturas de AFL em áreas socialmente carenciadas

### d) Melhorar a gestão da qualidade

#### 1. FOMENTAR A IMPLEMENTAÇÃO

As boas práticas na elaboração das políticas consideram indicadores chave de uma implementação eficaz:

- Planear fases específicas e facilmente exequíveis para a implementação
- Definir claramente as responsabilidades e obrigações pela implementação
- Identificar e afectar recursos
- Aumentar o conhecimento público e comunicar a política

#### 2. MONITORIZAR E AVALIAR A IMPLEMENTAÇÃO

A monitorização e avaliação sistemáticas da implementação das políticas são essenciais para a sua revisão e evolução contínuas, permitindo uma monitorização contínua das necessidades e das tendências emergentes.

# Trabalho conjunto em prol da actividade física

Plano de Acção Norueguês 2005-2009

Exemplos de boas práticas

OBJECTIVO(S)	<p>Visão/alvos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Melhoria geral da saúde pública através do aumento da actividade física na população</li><li>• Aumento do número de crianças e jovens fisicamente activos durante pelo menos 60 minutos por dia</li><li>• Aumento do número de adultos e pessoas idosas com actividade física moderada durante pelo menos 30 minutos por dia</li></ul> <p>Alvos secundários:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento do número de pessoas fisicamente activas durante os seus tempos de lazer</li><li>• Oportunidades para a prática da actividade física em jardins-de-infância, nas escolas e no local de trabalho</li><li>• Ambientes físicos que promovam um estilo de vida activo</li><li>• Destaque à actividade física nos serviços sociais e de saúde</li><li>• Esforços intersectoriais e coordenados para promover a actividade física entre a população</li><li>• Melhoria das bases de conhecimento e reforço das competências relativamente à actividade física e à saúde</li><li>• Conhecimentos individuais no que se refere à actividade física e à motivação para a saúde em prol de um estilo de vida activo</li></ul>
CONTEXTO	<p>O Plano de Acção relativo à Actividade Física constitui uma mobilização nacional no sentido de elevar o nível de saúde pública através de uma maior actividade física. As iniciativas descritas e os alvos definidos exigem cooperação entre diferentes sectores e níveis de administração. Oito ministérios colaboraram no desenvolvimento e acompanhamento deste plano - sob a liderança do Ministério da Saúde.</p>
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nova "Planning and Building Act" [Lei do Ordenamento e da Construção], com ênfase acrescida no domínio da saúde durante o período de vigência do plano de acção (2005-2009)</li><li>• Vários instrumentos e orientações no domínio do planeamento</li><li>• Página na Internet dedicado ao planeamento</li><li>• Projecto de desenvolvimento: "Health in Planning" [Saúde no Planeamento]</li><li>• Conferências sobre planeamento</li></ul>
CONTACTO	<p>Direcção de Saúde/ PB 7000 /St. Olavs plass/0130 Oslo/Noruega</p>
RECURSOS/ PÁGINA INTERNET	<p>Versão resumida em inglês: <a href="http://www.helsedirektoratet.no/vp/multimedia/archive/00004/IS-0162_E_Kort_4546a.pdf">www.helsedirektoratet.no/vp/multimedia/archive/00004/IS-0162_E_Kort_4546a.pdf</a></p>



## Principais factores de sucesso

1. Liderança claramente definida
2. Envolvimento multisectorial
3. Forte destaque relativamente a ambientes favoráveis
4. Catálogo concreto de responsabilidades definidas e enquadramento temporal
5. Avaliação

## Inovação da prática desportiva em ambientes naturais

El Anillo, Extremadura, Espanha

OBJECTIVO(S)	El Anillo possui três grandes objectivos: desenvolvimento económico e social da região promovendo a interacção com empresas tecnológicas (novos materiais, utilização de recursos hídricos, etc.) e de serviços (novas tendências nas actividades físicas, etc.), saúde pública e desenvolvimento desportivo melhorando as infra-estruturas das áreas rurais direccionadas para o lazer e os tempos livres (vias para bicicletas, pistas ao ar livre para prática desportiva e recursos hídricos, lucros sustentáveis, actividades orientadas para pessoas com necessidades especiais, etc.), e eventos técnicos e desportivos que dinamizem as visitas e o turismo.
CONTEXTO	O governo regional da Extremadura fomenta uma abordagem de desenvolvimento integrado para a região rural, com o objectivo de ligar desportos ao ar livre sustentáveis com turismo activo.
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	O seu impacto é relevante por três vias: primeiro, como ponto de encontro nacional para a prática de AFL (investigação, criação de novas empresas, etc.); em segundo lugar, devido ao seu valor arquitectónico e à promoção dos espaços verdes e dos ambientes de ar livre para a AFL; finalmente, pela sua influência sobre a política regional (desporto, formação profissional, turismo, negócios, etc.).
CONTACTO	Fabián Quesada Gómez, Director-geral do Desporto, Governo Regional da Extremadura
RECURSOS/ PÁGINA INTERNET	fabian.quesada@juntaex.es

### Principais factores de sucesso

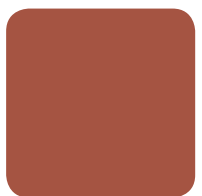
1. Envolvimento multisectorial
2. O desporto como ferramenta do desenvolvimento regional
3. A cooperação entre diferentes níveis de governo
4. Parcerias público-privadas







*planeamento*



# Fase 1 | AVALIAÇÃO

## CrITÉrios de boas práticas

Esta secção contém orientações relativas à avaliação do estado actual do planeamento e à sua capacidade para apoiar melhorias nas infra-estruturas locais de AFL. Mais especificamente, a secção ajuda a descrever um conjunto de critérios de boas práticas que podem ser úteis para identificar a existência de qualquer um dos requisitos prévios e procedimentos de planeamento e para avaliar a respectiva qualidade.

### a) Identificar requisitos prévios e procedimentos de planeamento em vigor

#### 1. BASES DE DADOS

- Há uma base de dados de infra-estruturas de AFL?
- Há um inventário de programas disponíveis de AF, por exemplo sessões de exercícios?
- Há uma base de dados que registe o comportamento em AF na população em geral?
- Há um inventário de necessidades da população em geral, residentes numa dada região em relação a clubes desportivos, ou outros promotores de programas de AF?

#### 2. PROCEDIMENTOS DE PLANEAMENTO

- O planeamento é executado por um sector (pode ser um plano de instalações desportivas por um departamento desportivo local)?
- O planeamento é executado com espírito de colaboração por diversos sectores (por ex., os departamentos locais responsáveis pelos pelouros do desporto e dos transportes podem cooperar no sentido de promover as infra-estruturas de AF)?
- O planeamento é apoiado por especialistas externos?
- O processo de planeamento incorpora o princípio da participação? Este processo deve assegurar o envolvimento adequado de vários parceiros, incluindo representantes de diferentes grupos da população, clubes desportivos, responsáveis políticos e profissionais

#### 3. PROCEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

- As audiências públicas são obrigatórias?
- Os conselhos consultivos de cidadãos são ouvidos?
- Há painéis de cidadãos que contribuem para o planeamento de acções específicas?
- Utilizam-se métodos de espaço aberto para desenvolver acções específicas?
- Estão incluídos processos participativos em todas as fases do planeamento, por ex., planeamento cooperativo?

### b) Avaliar a qualidade dos requisitos prévios e procedimentos de planeamento em vigor

Exemplos de indicadores de boas práticas são:

#### 1. BASE DE DADOS DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL

- Informações sobre diferentes tipos de infra-estruturas

- Informações sobre a distribuição geográfica e socioespacial
- Informações sobre o estado de manutenção das infra-estruturas
- Informações sobre a utilização de infra-estruturas
- Considerações de acesso, por ex., em termos de localização e custos, capacidade de pessoal e diferentes subgrupos da população

Adicionalmente, a base de dados deve:

- estar dotada dos recursos adequados, com uma correcta gestão de dados e alvo de actualização regular
- ser acessível e de fácil utilização, por parte de organizações de voluntariado e do público em geral

#### 2. INVENTÁRIO DE PROGRAMAS DE AF QUE

- realce as instalações e as actividades disponibilizadas pelos diferentes prestadores, por exemplo clubes desportivos, organizações de bem-estar, fornecedores comerciais e outros
- inclua informações sobre estruturas organizativas, por ex., dimensão, adesão, quotas, etc.

#### 3. BASE DE DADOS SOBRE O COMPORTAMENTO EM AF QUE

- esteja assente num amplo entendimento de actividade física
- inclua informações sobre o tipo, a frequência, a duração, a organização e a localização das actividades físicas da população
- congregue dados para diferentes subgrupos da população representativos na população local

#### 4. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES QUE

- pormenorize as actuais percepções dos diferentes intervenientes relativamente às infra-estruturas de AFL existentes
- resuma os tipos ou as quantidades de infra-estruturas em falta

#### 5. OS PROCEDIMENTOS DE PLANEAMENTO DEVEM

- estar documentados
- considerar perspectivas relevantes, por ex. utilizadores finais, administração pública, responsáveis políticos, investigadores, representantes de organizações de voluntariado, sector privado da construção, investidores
- integrar informações provenientes da avaliação de necessidades de acordo com bases de dados e os intervenientes
- integrar especialistas externos, por exemplo para recolher dados ou facilitar o planeamento cooperativo
- ser avaliados

Esta secção contém orientações sobre como é que o processo de planeamento pode ser melhorado através do recurso a critérios específicos que ajudam a compilar dados relevantes sobre infra-estruturas de AFL, programas disponíveis de AF, e comportamento em AF. Os critérios apoiam a avaliação sistemática de necessidades e a preparação de acções específicas.

### *a) Compilar requisitos prévios de planeamento relevantes*

#### **1. BASES DE DADOS DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL**

- Inventário de infra-estruturas de AFL, por exemplo tipos, quantidade, dimensões, elegibilidade, utilização, estado de conservação

#### **2. INVENTÁRIO DE PROGRAMAS DISPONÍVEIS DE AF**

- Inventário de programas de clubes desportivos (por exemplo, avaliação do número e da dimensão de clubes desportivos e respectivos membros, secções, ofertas)
- Inventário de programas disponíveis de AF por prestadores sociais, comerciais e outros

#### **3. BASE DE DADOS SOBRE COMPORTAMENTO EM AF**

A avaliação de dados sobre o comportamento em AF por parte da população em geral deve disponibilizar informações sobre:

- Proporção de cidadãos activos
- Tipos de AF
- Frequência e duração da AF, no Verão e no Inverno
- Contexto organizativo
- Localização da AF
- Características sociodemográficas

#### **4. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES**

- A avaliação das necessidades baseia-se igualmente nas percepções dos vários intervenientes, como a população em geral, os clubes desportivos, e outros fornecedores de propostas de AF. Assim sendo, a base de dados deve incluir:
- Avaliação da procura por diferentes tipos de prestadores
- Infra-estruturas em falta, na percepção da população em geral
- Percepções e nível de satisfação em relação às infra-estruturas de AFL existentes
- Necessidades em conformidade com o estatuto sociodemográfico

### *b) Preparar procedimento de planeamento participativo e intersectorial*

#### **1. ESCOLHER UM PROCEDIMENTO DE PLANEAMENTO ADEQUADO**

Escolher um procedimento de planeamento sistemático e um método de planeamento que sejam adequados ao contexto em causa.

#### **2. SELECIONAR OS PARTICIPANTES A INCLUIR NO PROCESSO**

Entre as perspectivas relevantes contam-se:

- Cidadãos ou representantes de comunidades alvo ou grupos da população
- Profissionais experientes nas áreas relevantes, como clubes desportivos
- Agências governamentais ou da administração pública, como departamentos de desporto, do planeamento urbano
- Decisores/responsáveis políticos, como presidentes de câmaras, vereadores municipais
- Órgãos do poder local, como juntas de freguesia e condomínios
- Empresas locais

#### **3. SINTETIZAR AS INFORMAÇÕES PROVENIENTES DAS DIFERENTES BASES DE DADOS E INVENTÁRIOS PARA:**

- realçar as infra-estruturas de AFL existentes
- resumir os actuais modelos de comportamento em AF
- finalizar o resultado das avaliações sistemáticas das necessidades, por exemplo equilibrando a oferta e a procura

#### **4. ELABORAR UM CATÁLOGO DE ACÇÕES**

Elaborar um catálogo de acções para infra-estruturas de AFL que envolva as seguintes fases:

- Esboço da visão global e dos conceitos para o desenvolvimento desportivo
- Definição de objectivos específicos
- Tomada de decisões sobre áreas prioritárias
- Desenvolvimento de medidas que monitorizem a evolução como objectivos

A versão final do catálogo de acções deve abranger: medidas, fases de implementação, enquadramento temporal, funções e responsabilidades, recursos necessários e indicadores do sucesso da implementação.

### *c) Fomentar a implementação*

#### **UM CATÁLOGO DE ACÇÕES**

promove a implementação através de:

- Um documento que explicita funções e responsabilidades dos parceiros e que seja aprovado por uma entidade relevante em termos de tomada de decisão, como por ex. a vereação municipal
- Um grupo de coordenação que supervise a fase de implementação e que garanta que os desenvolvimentos necessários são objecto de acompanhamento
- Monitorização da evolução e do sucesso da implementação
- Análise e revisão do catálogo de acções

# Planeamento Integrado de Desenvolvimento Desportivo

Frankfurt/Main, Alemanha 2009-2010

Exemplos de boas práticas

OBJECTIVO(S)	Um plano de desenvolvimento desportivo que se adapte às necessidades da cidade e que tenha uma visão de futuro, mas também que seja sustentável
CONTEXTO	Na Alemanha, os órgãos de decisão de nível local e regional estão à procura de novos procedimentos de planeamento para o desenvolvimento desportivo que associem dados empíricos sólidos, colaboração intersectorial e envolvimento das comunidades.
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cria um inventário de infra-estruturas de AFL</li><li>• Avalia o comportamento desportivo e em AF num inquérito representativo da população, por meio de entrevistas telefónicas assistidas por computador (CATI)</li><li>• Planeia acções concretas num processo de planeamento cooperativo com diversas instituições, grupos de interesses e subgrupos da população</li><li>• Compila um catálogo abrangente de acções com um destaque especial para as futuras tendências na política desportiva e de AF da cidade</li></ul>
CONTACTO	Cidade de Frankfurt/Main, Departamento de Desporto, ffm.sport-info@stadt-frankfurt.de
RECURSOS/ PÁGINA INTERNET	<a href="http://www.sportamt.frankfurt.de">www.sportamt.frankfurt.de</a> <a href="http://www.sportentwicklungsplanung.de">www.sportentwicklungsplanung.de</a> <a href="http://www.isep-iss.de">www.isep-iss.de</a>

## Principais factores de sucesso

1. Avaliação das necessidades com base em inquéritos representativos da população
2. Promoção de colaboração intersectorial e de participação dos diferentes intervenientes no planeamento de acções concretas
3. Catálogo concreto de acções com fases definidas, recursos, responsabilidades, enquadramento temporal e indicadores do sucesso da implementação
4. Garantia de sustentabilidade através de um comité de coordenação intersectorial que promova a implementação e mais desenvolvimento



# PLANEAMENTO

*Compilar e utilizar requisitos prévios para o planeamento*  
*Inventário nacional de instalações desportivas, áreas e locais para a prática desportiva - RES, França*

OBJECTIVO(S)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Disponibilizar informações detalhadas sobre o estado actual das infra-estruturas de AFL em França</li><li>• Desenvolver uma compreensão partilhada das infra-estruturas de AFL</li><li>• Apoiar diferentes sectores e actores na tomada de decisões e no ordenamento do território</li></ul>
CONTEXTO	O inventário nacional foi lançado pelo Ministério do Desporto de França em 2004. É gerido de uma forma participativa com o movimento desportivo e as autoridades locais e regionais. Permite obter informações sobre todo o tipo de instalações desportivas disponíveis aos níveis nacional e local. Com uma análise mais aprofundada, e dados sobre a população, contribui para realçar a falta de instalações específicas.
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	A base de dados nacional está disponível on-line na Internet., podendo os decisores no domínio do desporto utilizar mais de 30 milhões de dados. A base de dados ajuda a tomar a decisão correcta no que se refere à criação de novas instalações desportivas, ou a otimizar o uso de instalações existentes.  Os dados têm sido utilizados por inúmeros estudos regionais e nacionais direccionados, por exemplo, para instalações desportivas em áreas urbanas desfavorecidas, ou para a oferta de piscinas em França.
CONTACTO	Denis Roux, responsável pelo Departamento do Desporto, Ministério da Saúde e do Desporto res@jeunesse-sports.gouv.fr
RECURSOS/ PÁGINA INTERNET	www.res.sports.gouv.fr

## Principais factores de sucesso

1. Amplo conhecimento das infra-estruturas
2. Parcerias intersectoriais na implementação para assegurar a elevada qualidade dos dados
3. Actualização regular
4. Acesso aberto

Retour en haut de page

Copyright 2006 Ministère de la Santé, de la Jeunesse, des Sports et de la Vie Associative





*construção*



Esta secção contém orientações sobre como avaliar o actual ambiente construído e como este promove a AFL. A avaliação contribui para identificar a quantidade (incluindo tipos e localizações) e a qualidade das infra-estruturas existentes.

### a) Identificar tipo, quantidades e localizações das infra-estruturas de AFL existentes

#### LISTAR QUANTIDADE E LOCALIZAÇÃO

de cada um dos seguintes tipos de infra-estruturas:

- Instalações desportivas cobertas, por ex. ginásios e piscinas
- Instalações desportivas ao ar livre, por ex. campos desportivos
- Infra-estruturas concebidas para a actividade física, por ex. áreas de recreio, parques de patinagem, paredes de escalada, trilhos, vias para ciclismo recreativo, campos de basquetebol
- Espaços urbanos utilizáveis para AFL, por ex. praças públicas acessíveis e seguras, parques
- Espaços naturais utilizáveis para a AFL, por ex. áreas costeiras utilizáveis, florestas, prados



### b) Promover a colaboração intersectorial e a participação

Dependendo do contexto dos diferentes tipos de infra-estruturas, os indicadores de boas práticas incluem:

#### 1. ACESSO

- Devem existir condições adequadas para diferentes grupos de utilizadores
- As infra-estruturas devem ter em conta questões físicas, sociais e culturais na maximização das oportunidades de acesso

#### 2. LOCALIZAÇÃO

- Os aspectos socioespaciais de localização devem ser considerados. Por exemplo, a cobertura adequada em zonas socialmente carenciadas e/ou a consideração da reabilitação de áreas desfavorecidas para melhorar o acesso à AF
- Considerar se as tendências demográficas futuras, como por exemplo o envelhecimento da população de um bairro, podem ter algum impacto relativamente à escolha de uma localização
- Ligação aos planos locais de desenvolvimento de forma que se possa obter um cenário óptimo para a localização

#### 3. CONCEPÇÃO

- As infra-estruturas devem ser multifuncionais
- As infra-estruturas devem ser concebidas de forma a serem atractivas para todas as gerações
- As infra-estruturas devem ser concebidas de forma a incentivarem a AF, disponibilizando, por exemplo, escadas, ciclovias e locais para o estacionamento de bicicletas

#### 4. PADRÕES ECOLÓGICOS

- Construções de baixo consumo energético
- Utilização de materiais de construção ecológicos e renováveis

#### 5. SEGURANÇA

- As infra-estruturas devem ser consideradas como ambientes seguros por todos os potenciais grupos de utilizadores
- As infra-estruturas devem ser duráveis



Esta secção contém orientações sobre como melhorar o ambiente edificado para promover a AFL, quer para infra-estruturas já existentes, quer para novas construções. A melhoria pretende assegurar a disponibilização de instalações desportivas, de infra-estruturas de lazer bem como de espaços urbanos e naturais utilizáveis para a AFL, e o objectivo é promover a equidade social.

## *a) Promover infra-estruturas que facilitem a igualdade*

### 1. DISTRIBUIÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

Assegurar uma oferta básica de todos os tipos de infra-estruturas que tenham em conta aspectos socioespaciais.

### 2. TORNAR AS INFRA-ESTRUTURAS ACESSÍVEIS

- Garantir que é possível aceder às infra-estruturas por um meio de transporte activo
- Assegurar uma boa ligação à rede pública de transportes
- Abrir as instalações cobertas e ao ar livre a grupos de utilizadores mais vastos
- Abrir as infra-estruturas escolares a outros grupos de utilizadores, por exemplo recreios escolares, ginásios

### 3. PROMOVER A REORIENTAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E NATURAIS RELATIVAMENTE À AFL

A avaliação de dados relativos ao comportamento em AF por parte da população em geral deve disponibilizar informações sobre:

- Criação de áreas de tráfego reduzido e baixa velocidade
- Aumento do número de passagens pedonais seguras
- Criação e marcação com toda a clareza de faixas rodoviárias para circulação de bicicletas nas ruas com volumes de tráfego mais elevados
- Manutenção de um espaço público urbano de elevado nível
- Desenvolvimento de ambientes urbanos seguros para a AFL
- Consideração da possibilidade de actividades para crianças e adolescentes nas actividades de

planeamento urbano

- Oferta de incentivos para transformar terrenos desocupados e áreas degradadas em espaços verdes com oportunidades para a AF
- Protecção do ambiente natural sem deixar de considerar a criação de espaços naturais atractivos para a AFL

## *b) Preparar procedimento de planeamento participativo e intersectorial*

### 1. CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO POR DIFERENTES GRUPOS

Assegurar que as infra-estruturas podem ser utilizadas para:

- Actividades físicas organizadas e não organizadas (para sectores como, por exemplo, desportos, saúde, turismo, transportes, actividades sociais, etc.)
- Diferentes grupos de utilizadores
- Actividade física competitiva e não competitiva

### 2. CONSIDERAR A REUTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES

A colaboração com diferentes sectores, como por exemplo parques e jardins, construção ou transportes, e com potenciais grupos de utilizadores contribui para a definição de soluções criativas para o ambiente edificado:

- Renovação das infra-estruturas de AFL existentes
- Adaptação de infra-estruturas de AFL existentes às novas tendências em AF, por exemplo parcours
- Reutilização, por exemplo transformação de uma antiga estação ferroviária numa instalação coberta para patinagem
- Acrescentar a uma infra-estrutura funcionalidades que promovam a AF

## Novas instalações desportivas em áreas carenciadas Oeiras, Portugal

## Exemplos de boas práticas

OBJECTIVO(S)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da oferta elementar de infra-estruturas e instalações para acção social numa área carenciada</li> <li>• Aumento do número de oportunidades para a actividade física no município</li> </ul>
CONTEXTO	Iniciativa comunitária URBAN (Comissão Europeia/Direcção-geral de Política Regional)
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas infra-estruturas e instalações desportivas como elementos chave para a requalificação urbana (passeios, áreas verdes, ciclovias, áreas de recreio)</li> <li>• Implementação de novos programas de AF para a população local</li> <li>• Aumento do número de actividades disponíveis</li> </ul>
LIÇÕES APRENDIDAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A qualidade da oferta desportiva em áreas carenciadas atrai novas pessoas e promove a coesão social</li> <li>• A cooperação público-privada melhora a oferta de AF</li> </ul>
CONTACTO	Câmara Municipal de Oeiras – Departamento de Desporto – ddesporto@cm-oeiras.pt
RECURSOS/PÁGINA INTERNET	<a href="http://www.cm-oeiras.pt">www.cm-oeiras.pt</a> <a href="http://www.oeirasviva.pt">www.oeirasviva.pt</a>



### Principais factores de sucesso

1. Construção de novas infra-estruturas especialmente em áreas carenciadas
2. Consideração das necessidades dos habitantes
3. Tornar as novas instalações acessíveis a todos o habitantes
4. Melhoria dos recursos e ofertas atractivas de AF através de PPPs





OBJECTIVO(S)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de 20% do número de deslocações em bicicleta</li> <li>• Aumento de 20% do número de pessoas que utilizam a bicicleta mais de 3 vezes por semana</li> <li>• Redução de 20% do número de ciclistas mortos ou feridos em acidentes que envolvam mais de uma parte</li> <li>• Melhorias no bem-estar dos cidadãos</li> <li>• Transformar Odense num local melhor para deslocações de bicicleta</li> </ul>
CONTEXTO	De 1999 a 2002, Odense foi oficialmente declarada Cidade Nacional da Bicicleta da Dinamarca, com o apoio de um subsídio do Ministério dos Transportes e da Direcção Rodoviária Nacional para cobrir metade do orçamento de 20 milhões de DKK.
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por exemplo, melhorar o acesso para ciclistas, facilitando o atravessamento de semáforos e cruzamentos, ondas verdes para ciclistas.</li> <li>• Estacionamento mais fácil e seguro para bicicletas, criando, por exemplo, protecções contra roubo, ou disponibilizando água potável e bombas para pneus.</li> <li>• Actividades susceptíveis de desenvolver uma imagem, por exemplo através de um barómetro ciclista.</li> <li>• Melhoria da qualidade operacional das ciclovias.</li> <li>• Criação de uma página na Internet com um instrumento interactivo de planificação, uma ampla selecção de mapas de ciclovias, etc.</li> <li>• Campanhas de segurança rodoviária direccionadas para crianças que utilizam a bicicleta, ofertas para experimentação de novos tipos de bicicletas.</li> </ul>
CONTACTO	Odense Kommune, Park- og Vejafdelingen, Nørregade 36-38, 5000 Odense C Tlf. 66 13 13 72, pva.mtf@odense.dk
RECURSOS/ PÁGINA INTERNET	<a href="http://www.cyclecity.dk">www.cyclecity.dk</a>



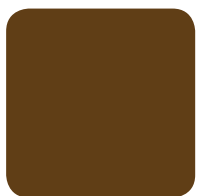
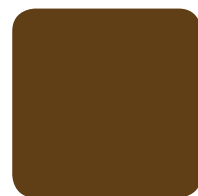
### Principais factores de sucesso

1. Abordagem intersectorial com um líder de projecto permanente
2. Actividades desenvolvidas em vários níveis, melhoramentos físicos, alterações regulamentares e campanhas
3. Promoção da reorientação do espaço público
4. Avaliação de actividades





*finanziamento*



Esta secção contém critérios que apoiam a avaliação dos actuais modelos de financiamento como um primeiro passo para a sua melhoria.

### a) Identificar modelos e fontes de financiamento existentes

#### 1. MODELOS DE FINANCIAMENTO

Que modelos de financiamento se utilizam?

- Totalmente público: o financiamento é suportado pelo Município
- Financiamento partilhado: o financiamento é partilhado pelo Município e pelo terceiro sector, por ex. clubes desportivos
- Financiamento integral pelo terceiro sector: a infra-estrutura é financiada por organizações voluntárias/ONGs, como por exemplo clubes desportivos
- Parcerias público-privadas: os sectores público e privado colaboram no financiamento
- Totalmente privado: a infra-estrutura é financiada por empresas comerciais
- Outros modelos mistos

#### 2. ORIGENS DO FINANCIAMENTO

Que origens de financiamento estão disponíveis?

- Nível comunitário: verificar que programas comunitários disponibilizam financiamento para diferentes infra-estruturas de AFL
- Nível nacional: verificar se há programas nacionais que apoiem o financiamento da infra-estrutura de AFL, por ex. planos de acção nacionais relativos à promoção da actividade física ou ao transporte activo
- Nível regional: verificar se há programas regionais que apoiem a infra-estrutura de AFL com bolsas ou subsídios
- Nível local: analisar que fontes de financiamento local podem constituir opção ao financiamento de uma infra-estrutura específica
- Terceiro sector: verificar se há alguma fonte de financiamento disponível, por exemplo através de associações desportivas
- Sector privado: verificar se há alguma fonte de financiamento disponível

### b) Avaliar a qualidade dos modelos e fontes existentes

#### EXEMPLOS DE INDICADORES DE BOAS PRÁTICAS SÃO:

- Análise detalhada do problema da solvência
- Verificação da aceitação pública
- Protecção dos parceiros por contratos jurídicos
- Regulamentação da qualidade da construção, do planeamento e da manutenção da infra-estrutura em propostas/concursos/convites à apresentação de propostas
- Incidência do financiamento nos custos do ciclo de vida de uma infra-estrutura
- Obrigatoriedade da consulta financeira em todos os modelos de financiamento
- O financiamento assenta em modelos com vantagens recíprocas para todos os parceiros
- Flexibilidade dos modelos de financiamento



Esta secção visa realçar de que forma é possível melhorar os modelos e as fontes de financiamento que se utilizam. A secção contém conselhos sobre como promover a equidade social, a colaboração intersectorial e a participação no processo de financiamento de uma infra-estrutura.

### a) Promover a igualdade social e a participação

#### 1. REAFECÇÃO DE RECURSOS

Os critérios de boas práticas no financiamento contribuem para assegurar que as agências públicas dão cumprimento às responsabilidades que lhes cabem em matéria de afectação equitativa dos recursos. Entre os mecanismos de suporte a esta ideia contam-se:

- Infra-estruturas que atribuem uma consideração especial a grupos carenciados de infra-estruturas que promovam a AF
- Organizações de voluntariado que contribuem para infra-estruturas com obstáculos reduzidos à entrada
- Infra-estruturas que reduzem as barreiras à AF não organizada em espaços públicos

#### 2. REDISTRIBUIÇÃO DO ÂMBITO DE RECURSOS

O financiamento é frequentemente analisado através da objectiva de um único sector. Um âmbito de financiamento mais abrangente contribui para a equidade social e pode dar origem a melhores recursos:

- Abordagens orientadas para áreas específicas, por exemplo considerar a afectação de recursos para regiões definidas sócio-espacialmente, em vez de o fazer para um único tipo de infra-estrutura

### b) Promover a colaboração intersectorial

O financiamento é frequentemente analisado através da objectiva de um único sector responsável por um tipo de infra-estrutura.

#### 1. INCENTIVO AO ENVOLVIMENTO DO TERCEIRO SECTOR E DO SECTOR PRIVADO

O envolvimento do voluntariado e do sector privado pode ser benéfico, sobretudo em tempos de limitações aos recursos públicos. Este envolvimento pode ser promovido através de, por exemplo

- Subsídios ao financiamento de infra-estruturas de AFL
- Benefícios fiscais sobre despesas relacionadas com o financiamento de infra-estruturas de AFL

#### 2. PROTECÇÃO DOS MODELOS DE FINANCIAMENTO DO TERCEIRO SECTOR/ONG E DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

O sector público pode responsabilizar-se por assegurar que os modelos de financiamento do terceiro sector/ONG e das parcerias público-privadas não contribuem para aumentar as assimetrias sociais, contribuindo antes para uma maior equidade social. Tais parcerias

- são socialmente inclusivas e não só vão ao encontro das necessidades de certos grupos representados no modelo de financiamento, como
- satisfazem níveis de qualidade, e
- possibilitam a supervisão pública no financiamento, por exemplo através da representação permanente em modelos, como fundações e sociedades, que financiam as infra-estruturas





## Infra-estruturas socialmente seguras para crianças e adolescentes

Países Baixos

Exemplos de boas práticas

OBJECTIVO(S)	Desenvolvimento de áreas de recreio e zonas verdes socialmente seguras para a prática desportiva que promovam a AF entre crianças e adolescentes de zonas carenciadas.
CONTEXTO	Fundações privadas que desenvolvem actividades em prol do bem comum melhorando as (infra-) estruturas destinadas a crianças que vivem em áreas de baixo nível socioeconómico.
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	Equidade social: <ul style="list-style-type: none"><li>• melhores acessos a infra-estruturas de AFL em áreas carenciadas</li><li>• bolsas para crianças e adolescentes activos nessas áreas</li></ul> Colaboração intersectorial: <ul style="list-style-type: none"><li>• parcerias público-privadas bem definidas, colaboração com municípios, associações desportivas e outras agências públicas</li></ul>
CONTACTO	Eric van Veen, eric@krajicek.nl
RECURSOS/PÁGINA INTERNET	Fundação Richard-Krajicek, <a href="http://www.krajicek.nl">www.krajicek.nl</a> Fundação Johan-Cruyff, <a href="http://www.cruyff-foundation.org">www.cruyff-foundation.org</a>



### Principais factores de sucesso

1. Construção de novas infra-estruturas especialmente em áreas carenciadas
2. Recursos económicos através de parcerias público-privadas

## Um prémio público como forma de incentivo para melhorar infra-estruturas de AFL

Concurso das estradas e ruas mais bonitas, Finlândia

OBJECTIVO(S)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procurar e premiar as estradas e ruas que tenham sido adaptadas de uma forma natural ao ambiente a que pertencem</li> <li>• Promover a colaboração entre diferentes níveis do governo</li> <li>• Incentivar o sector privado a envolver-se no desenvolvimento de infra-estruturas para a AFL</li> </ul>
CONTEXTO	O concurso tem periodicidade trianual desde 1999. É presidido pela Associação Finlandesa de Autarquias Locais, a Associação Rodoviária Finlandesa e a Administração Rodoviária Finlandes.
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	<p>O prémio tem por objectivo melhorar as infra-estruturas concebidas para a AFL, bem como os espaços urbanos e verdes utilizáveis para a AFL. A iniciativa apoia projectos que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estejam adaptados às condições e à envlência do local</li> <li>• Sejam seguros para diferentes grupos de utilizadores</li> <li>• Considerem os custos de tráfego e manutenção</li> <li>• Estabeleçam parcerias entre os sectores público e privado no domínio do planeamento, concepção, implementação e manutenção</li> <li>• Promovam a colaboração entre os níveis regional e local da administração pública na melhoria de infra-estruturas</li> </ul>
CONTACTO	Mervi Vallinkoski, Cidade de Jyväskylä, mervi.vallinkoski@jkl.fi
RECURSOS/PÁGINA INTERNET	<a href="http://jkl.fi/puistot/rantaraitti">http://jkl.fi/puistot/rantaraitti</a> (Passeio público de Jyväskylä, vencedor do prémio de 2005)

### Principais factores de sucesso

1. Destaque para o ambiente edificado
2. Colaboração intersectorial, por parte da administração rodoviária, do turismo e da cultura,
3. Envolvimento dos sectores regional, local e privado
4. Consideração das necessidades das pessoas
5. Critérios de avaliação claramente definidos
6. Parcerias público-privadas







*gestão*



Pode ser útil dispor de um leque de modelos para assegurar uma gestão contínua eficaz das infra-estruturas com o objectivo de aumentar a AFL. Esta secção define os critérios que apoiam a avaliação dos níveis actuais de utilização e qualidade da gestão à escala local. Esta avaliação constitui um primeiro e importante passo para melhorar a gestão num contexto específico para uma infra-estrutura concreta.

### a) Identificar modelos de gestão existentes

#### 1. MODELOS DE PROPRIEDADE

Podem ser utilizados diferentes modelos de propriedade para gerir a infra-estrutura de AFL. Entre estes incluem-se:

- Público: a infra-estrutura é propriedade da administração pública, do município
- Gestão de instalação pública: a infra-estrutura é propriedade da administração pública, mas alguns serviços são contratados exteriormente a outras empresas também propriedade de administrações públicas
- Privatização parcial: partes da propriedade pública são transferidas para empresas comerciais
- Terceiro sector/ONG: a infra-estrutura é propriedade de uma organização de voluntariado, por ex. um clube desportivo
- Parcerias público-privadas
- Privada: a infra-estrutura é propriedade de uma empresa comercial
- Outras formas, como sociedade ou associação com personalidade jurídica

#### 2. MODELOS OPERACIONAIS

Podem ser utilizadas diferentes estruturas organizativas para gerir uma infra-estrutura de AFL. Entre estas incluem-se:

- Público: a propriedade e a gestão da infra-estrutura cabem à administração pública, ao município
- Gestão de instalação pública: a gestão é contratada exteriormente a empresas que são propriedade da administração pública
- Privatização parcial: partes da gestão são transferidas para empresas comerciais
- Terceiro sector/ONG: a infra-estrutura é gerida por uma organização de voluntariado, por ex. um clube desportivo
- Parcerias público-privadas
- Privada: a infra-estrutura é propriedade de uma empresa comercial, que também a gere
- Outras formas, como sociedade ou associação com personalidade jurídica, podem estar orientadas para o bem comum

### b) Avaliar a qualidade da gestão

Exemplos de indicadores de boas práticas são:

#### 1. COLABORAÇÃO INTERSECTORIAL NA GESTÃO PÚBLICA

Avaliar se a gestão

- efectua intercâmbios com outros sectores públicos, activos na área ou no domínio da promoção da AF
- colabora com o sector privado e com o terceiro sector

#### 2. EQUIDADE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO

Avaliar se a gestão

- considera o impacto de diferentes tipos de modelos de gestão sobre todos os tipos de potenciais utilizadores
- considera a aceitação pública de modelos específicos de gestão
- assegura a acessibilidade de uma infra-estrutura
- encoraja uma utilização equilibrada do ponto de vista social
- considera a utilização multifuncional da infra-estrutura
- dá resposta às tendências nas actividades físicas



Esta secção presta apoio à decisão sobre as medidas a tomar no sentido de melhorar a gestão das infra-estruturas de AFL relativamente à avaliação inicial efectuada.

### a) Promover a equidade social

O sector público é importante para trabalhar em prol do bem comum em modelos de parcerias público-privadas bem como na cooperação com o terceiro sector/ONGs.

#### 1. POSSIBILITAR A SUPERVISÃO PÚBLICA NA GESTÃO

por exemplo através de:

- Representação constante na gestão de instalações públicas, fundações ou sociedades
- Disposições legais nas parcerias público-privadas

#### 2. TRABALHO EM PROL DA EQUIDADE SOCIAL NO QUE RESPEITA A:

- Horas de funcionamento
- Programação
- Disposições de acesso
- Definição de preços
- Marketing de ofertas e oportunidades para AFL

### b) Promover a colaboração intersectorial e a participação

#### 1. CONSIDERAÇÃO DE VÁRIOS INTERESSES

As boas práticas na gestão consideram os interesses de vários intervenientes:

- Investidor/proprietário (por ex. departamento de desporto)
- Operador (por ex. clube desportivo)
- Grupos de utilizadores (por ex. clubes desportivos, escolas, grupos não organizados)

#### 2. INCENTIVAR O TERCEIRO SECTOR E O SECTOR PRIVADO A PARTICIPAREM NA GESTÃO

O envolvimento dos intervenientes e da comunidade na gestão pode ajudar a assegurar a maximização de oportunidades de infra-estruturas para diferentes usos e a criar situações vantajosas para ambas as partes:

- Definir incentivos para que os clubes desportivos e outras ONGs assumam a responsabilidade pela gestão, por exemplo através da transferência do funcionamento diário para clubes desportivos
- Encorajar o sector privado a participar e a envolver-se na gestão, por exemplo disponibilizando oportunidades lucrativas aos participantes do sector privado aliviando simultaneamente os orçamentos públicos e mantendo ou melhorando a oferta de infra-estruturas

#### 3. ABRIR A INFRA-ESTRUTURA A GRUPOS DE UTILIZADORES MAIS VASTOS

- Abrir a infra-estrutura a organizações da área, por exemplo ofertas de escolas, jardins-de-infância, serviços sociais e de lazer
- Organizar e participar em actividades na zona circundante da infra-estrutura

#### 4. FLEXIBILIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE

Uma perspectiva intersectorial considera o ciclo de vida de uma infra-estrutura e está aberta a

- Utilização multidimensional
- Reutilização

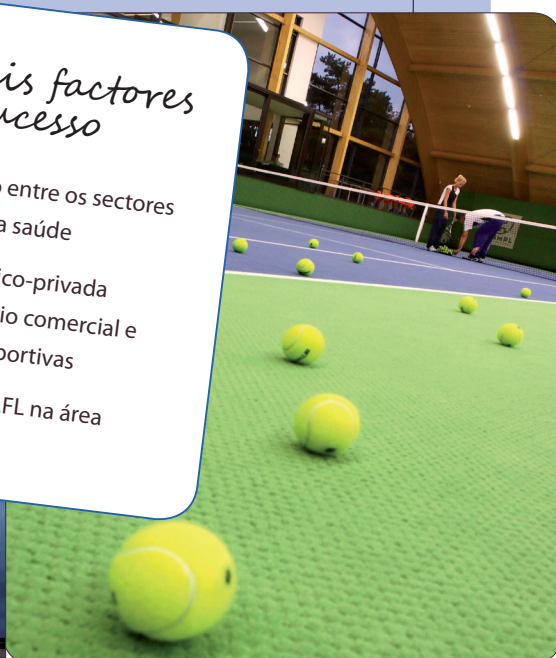
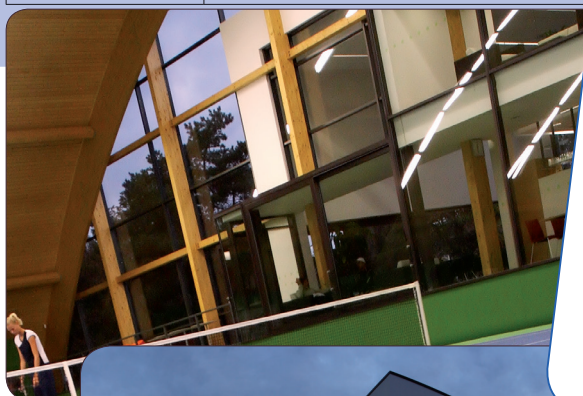




OBJECTIVO(S)	<p>Alvos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizar inúmeras oportunidades para a prática de actividades desportivas, de descontração e sociais.</li> <li>• Permitir que os jovens e os adultos estejam fisicamente activos durante os seus tempos livres.</li> <li>• Ocupar áreas agradáveis que promovam um estilo de vida activo, estejam totalmente equipadas e dotadas de todos os serviços.</li> <li>• Disponibilizar serviços de treino individualizado profissional ou de consultoria para, por exemplo, fitness, ténis, squash.</li> <li>• Desenvolvimento de áreas de recreio e áreas verdes para uma prática desportiva socialmente segura que promovam a AF entre as crianças e os adolescentes em áreas carenciadas</li> </ul>
CONTEXTO	<p>OMEGA presta uma atenção especial e sistemática à disponibilização de uma base perfeita e de serviços de consultoria que ajudem os clientes no combate contra a ingestão excessiva de calorias, a falta de movimento e o stress crónico, riscos que prejudicam a saúde, reduzem a imunidade e provocam doenças relacionadas com o estilo de vida. O Centro de Saúde e Desporto Omega serve todos os que procuram um conjunto abrangente de serviços com um nível de qualidade muito elevado. Os produtos oferecidos estão devidamente dimensionados para a clientela do clube; contudo, até mesmo visitantes ocasionais podem aí encontrar actividades a seu gosto.</p>
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bom exemplo de parceria público-privada entre proprietário comercial e associação desportiva</li> <li>• À clientela do clube tem sido oferecido um serviço especial (e também preços especiais)</li> <li>• A direcção realiza reuniões mensais com estratégias inovadoras para promover a AF e a plena utilização do Centro</li> <li>• Promoção mútua do Centro e dos meios de comunicação (jornais, rádios, etc.)</li> <li>• Inquéritos regulares às necessidades e aos níveis de satisfação das pessoas</li> <li>• Manter a satisfação de trabalhadores e clientes</li> </ul>
CONTACTO	<p>Director: Jan Petr (jan.petr@omegasport.cz) Ver página na Internet. Ou telefonar: +420-585-2505-700 ou +420-585-205-800</p>
RECURSOS/ PÁGINA INTERNET	<p><a href="http://www.omegasport.cz/en">www.omegasport.cz/en</a></p>

Principais factores de sucesso

1. Colaboração entre os sectores desportivo e da saúde
2. Parceria público-privada entre proprietário comercial e associações desportivas
3. Promoção da AFL na área circundante

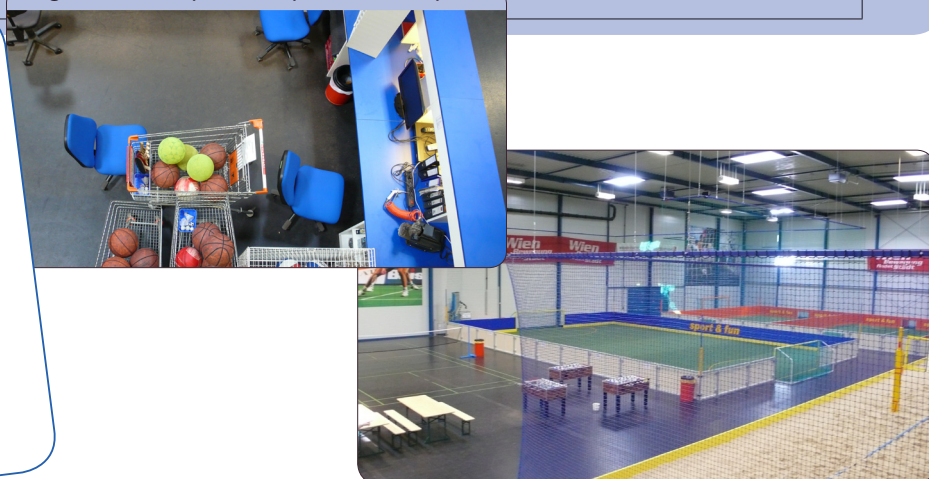


## Desporto & Diversão - Uma estratégia urbana para instalações desportivas de nível reduzido Viena, Áustria

OBJECTIVO(S)	O desenvolvimento de Pavilhões "Sport & Fun [Desporto & Diversão] constitui uma estratégia urbana para dotar áreas carenciadas de pavilhões desportivos de nível reduzido que ofereçam também a todos os residentes infra-estruturas para a prática desportiva e a actividade física
CONTEXTO	A ideia de pavilhões "Sport & Fun" em Viena deriva do trabalho de uma acção concertada dos responsáveis da segurança social e da juventude levado a cabo em 1995. Um antigo pavilhão de convenções é agora utilizado como um pavilhão desportivo temporário, local alternativo para as actividades dos jovens nos dias chuvosos de Maio a Outubro.
IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	<p>Níveis reduzidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• De fácil acesso, com custos de entrada reduzidos (sistema de taxa única) em vez de limitar o acesso exclusivamente a determinados grupos ou clubes desportivos</li> <li>• Situados na proximidade de estações de transportes públicos em áreas carenciadas</li> <li>• Acesso permitido mesmo com calçado de exterior e vestuário corrente</li> <li>• Equipamento de empréstimo gratuito</li> </ul> <p>Sustentabilidade:</p> <p>Os pavilhões "Sport &amp; Fun" estão ligados a outras infra-estruturas: no "Sport &amp; Fun Ottakring" as instalações desportivas ao ar livre foram planeadas e construídas para a escola vizinha. O "Sport &amp; Fun Donaustadt" está ligado a um grande pavilhão de pedra em cooperação com um prestador diferente. O 4º pavilhão projectado está ligado a uma nova área de habitação social. Os pavilhões "Sport &amp; Fun" destinam-se a múltiplos desportos, construídos como edifícios de baixo consumo energético. O conceito económico está organizado com responsabilidades claras: os custos de pessoal estão integralmente cobertos pelas receitas das taxas de entrada. A manutenção do pavilhão (limpezas, reparações) e a aquisição de novos equipamentos são integralmente subsidiadas pelo município.</p>
CONTACTO	Eng. Robert Krones +43 (01) 4000/51161 post@ma51.wien.gv.at
RECURSOS/ PÁGINA INTERNET	www.sportandfun.at <a href="http://www.wien.gv.at/freizeit/sportamt/sportstaetten/sportfun/index.html">http://www.wien.gv.at/freizeit/sportamt/sportstaetten/sportfun/index.html</a>

### Principais factores de sucesso

1. Destaque para áreas carenciadas
2. Níveis reduzidos e poucos regulamentos
3. Cooperação estreita do município com fornecedores e operadores de instalações







*Autores e Colaboradores*



## Autores e Colaboradores

### PARCEIROS IMPALA

INSTITUIÇÃO COORDENADORA	INVESTIGADORES SENIORES	INVESTIGADORES
ALEMANHA Universidade de Erlangen-Nuremberga	Alfred Ruetten Karim Abu-Omar	Annika Frahsa Nora Hartwig
INSTITUIÇÃO PARCEIRA	INVESTIGADORES SENIORES	INVESTIGADORES
ÁUSTRIA Universidade de Viena	Michael Kolb Rosa Diketmueller	Irene Bittner
REPÚBLICA CHECA Universidade Palacky, Olomouc	Karel Froemel	Jana Vašíčková Michal Kudláček Filip Neuls
DINAMARCA Universidade do Sul da Dinamarca	Jens Troelsen Lars Bo Andersen Thomas Skovgaard	Mette Toftager
FINLÂNDIA Universidade de Jyväskylä	Kimmo Suomi	Béla Pavelka
FRANÇA Universidade de Nancy	Anne Vuillemin	Stéphanie Regat
ITÁLIA Universidade de Roma Foro Italico	Fabio Pigozzi	Emilia Angelillo Lucia Colitti
LITUÂNIA Academia de Educação Física, Kaunas	Rimantas Pacenka	Daiva Klimaviciene
PAÍSES BAIXOS Qualidade de Vida TNO, Leiden	Luuk Engbers	
NORUEGA Colégio Universitário de Oslo	Astrid Bergland Nina Waaler Loland	Kåre Rønn Richardsen
PORTUGAL Universidade do Porto	Jorge Mota	Joana Carvalho Margarida Pereira
ESPAÑA Universidade da Extremadura	Narcís Gusi Fuertes	Miguel Madruga Vicente

*com contribuições de*

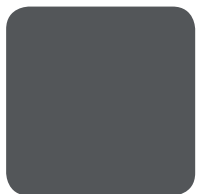
Peter Gelius,  
Universidade de Erlangen-Nuremberga

Andreas Klages  
Federação Alemã dos Desportos Olímpicos

Antony Morgan  
National Institute for Health and Clinical  
Excellence (NICE), Reino Unido

*por ordem alfabética*

# Resumo dos critérios de boas práticas

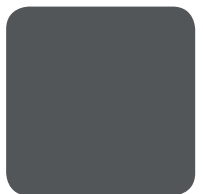


# Resumo dos critérios de boas práticas

DIMENSÃO	PASSO	PROPÓSITO	OBJECTIVO	CONTEÚDO
ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS	Avaliação	Definir se a elaboração de políticas relativas à questão já existe e se promovem as boas práticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar políticas existentes</li> <li>Avaliar a qualidade das políticas existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Políticas para todos os tipos de infra-estruturas</li> <li>Contribuição para a equidade social</li> <li>Participação de diferentes perspectivas e intervenientes</li> <li>Bom sistema de gestão da qualidade</li> </ul>
		Melhoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assumir responsabilidades</li> <li>Procurar parceiros para colaboração intersectorial e participação</li> <li>Definir incentivos em prol da equidade social</li> <li>Melhorar a gestão da qualidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de uma missão</li> <li>Identificação de objectivos adequados</li> <li>Promoção da implementação</li> <li>Monitorização e avaliação da implementação</li> </ul>
PLANEAMENTO	Avaliação	Avaliar criticamente a fontes e os procedimentos de planeamento actuais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar requisitos prévios e procedimentos de planeamento</li> <li>Avaliar a qualidade dos requisitos prévios e procedimentos de planeamento existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bases de dados sobre infra-estruturas, ofertas de AF, comportamento em AF, necessidades</li> <li>Procedimentos de planeamento em vigor</li> <li>Procedimentos de participação</li> </ul>
		Melhoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compilar requisitos prévios de planeamento relevantes</li> <li>Preparar procedimento de planeamento participativo e intersectorial</li> <li>Promover a implementação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria das bases de dados</li> <li>Escolha do procedimento de planeamento</li> <li>Participantes no procedimento</li> <li>Integração das informações provenientes de diferentes origens de dados</li> <li>Elaboração de um catálogo de acções</li> </ul>
CONSTRUÇÃO	Avaliação	Verificar o estado actual da construção e orientação de infra-estruturas utilizáveis para a AFL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar tipos, quantidades, e localização de infra-estruturas de AFL</li> <li>Avaliar a qualidade das infra-estruturas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Lista de quantidade e localização</li> <li>Acessibilidade</li> <li>Concepção</li> <li>Padrões ecológicos</li> <li>Segurança</li> </ul>
		Melhoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a igualdade social das infra-estruturas</li> <li>Fomentar a colaboração intersectorial e a participação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Distribuição igual das infra-estruturas</li> <li>Tornar as infra-estruturas acessíveis</li> <li>Promover a reorientação dos espaços urbanos e naturais</li> <li>Assegurar a capacidade de utilização por diferentes grupos</li> <li>Considerar a reutilização de infra-estruturas existentes</li> </ul>
FINANCIAMENTO	Avaliação	Analisar os actuais procedimentos em vigor para o financiamento de infra-estruturas de AFL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar modelos e fontes de financiamento existentes</li> <li>Avaliar a qualidade dos modelos e das fontes de financiamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seleção de diferentes modelos de financiamento</li> <li>Seleção de fontes de financiamento</li> </ul>
		Melhoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a equidade social</li> <li>Fomentar a colaboração intersectorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reaffectação de recursos</li> <li>Redistribuição do âmbito de recursos</li> <li>Incentivo ao envolvimento do terceiro sector e do sector privado</li> <li>Salvaguarda de modelos de financiamento mistos</li> </ul>
GESTÃO	Avaliação	Avaliar criticamente os actuais modelos de gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar modelos de gestão</li> <li>Avaliar a qualidade da gestão estratégica e operacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seleção de modelos de propriedade e funcionamento</li> <li>Identificação de problemas de colaboração intersectorial e equidade social</li> </ul>
		Melhoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a equidade social</li> <li>Fomentar a colaboração intersectorial e a participação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilitar a supervisão pública</li> <li>Considerar diferentes interesses</li> <li>Incentivo ao terceiro sector e ao sector privado a participarem no funcionamento das infra-estruturas</li> <li>Fomento de um funcionamento flexível</li> </ul>

Figura 1: Panorâmica geral das dimensões do desenvolvimento da AFL, fases, respectivos propósitos e principais tarefas incluídas para satisfazer as boas práticas

*Anexos*





# O PROJECTO IMPALA

O projecto "Potenciar as infra-estruturas para a actividade física de lazer na comunidade - IMPALA" (financiado pela DG SANCO 2009-2010) teve por objectivo a identificação, implementação e disseminação de boas práticas para planear, financiar, construir e gerir infra-estruturas locais de apoio à actividade física de lazer. O projecto envolveu analisar as políticas nacionais e rever mecanismos e instrumentos em vigor ligados ao desenvolvimento da infra-estrutura.

O projecto IMPALA contribui para uma maior consistência da abordagem comunitária ao desenvolvimento de infra-estruturas locais para a actividade física nos tempos livres, contribuindo para reduzir as desigualdades no acesso a infra-estruturas para a actividade física nos tempos livres, dentro de cada país, como também entre países.

Fizeram-se entrevistas qualitativas com especialistas e decisores políticos para recolher informações sobre documentos políticos em vigor, como legislação reguladora, orientações e planos de acção. Estas entrevistas foram ainda usadas em conjunto com análise documental para avaliar a capacidade dos mecanismos existentes (ou seja, procedimentos e instrumentos). Esta análise incidiu em três tipos de instalações em função dos critérios: planeamento/concepção; financiamento; construção; e gestão/serviços

Não obstante o facto de os 12 países participantes possuírem orientações e

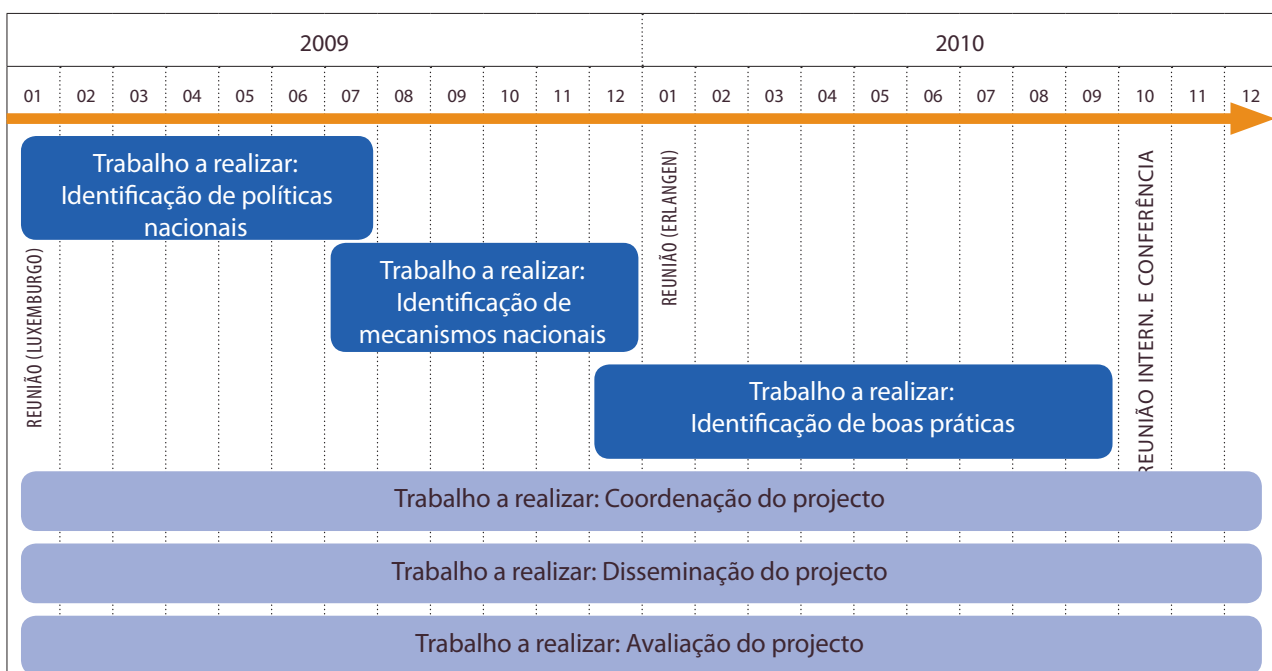
planos de acção, os resultados do IMPALA mostram que a extensão e o âmbito dos mesmos diferem. Muitas das políticas apresentam uma tendência para lidar com um tipo específico de infra-estrutura e/ou actividade física. Poucas são abrangentes e muitas vezes falta-lhes a compreensão de que infra-estruturas e actividade física necessitam de estar interligadas. As principais lacunas identificadas nas políticas incluem: não consideração de um uso mais eficiente e abrangente das infra-estruturas existentes para melhorar o acesso às mesmas; detalhes sobre os benefícios inerentes ao trabalho intersectorial e às oportunidades para chegar a diferentes subgrupos da população.

Em muitos países, são as autarquias locais que implementam as orientações /planos de acção nacionais, e em alguns casos é o sector privado, e não o público, que assume a responsabilidade pelo desenvolvimento de infra-estruturas para AFL. Os países participantes no projecto IMPALA mostraram que são vários os sectores políticos envolvidos em actividades associadas à melhoria de infra-estruturas, abrangendo sectores operacionais independentes tais como desporto, planeamento urbano e do território, ambiente, saúde, turismo e economia.

Foram quatro as abordagens genéricas de planeamento usadas - inventários, abordagens per capita, avaliação de necessidades e planeamento participativo. A maior parte dos países dispunha de

um inventário de infra-estruturas e cerca de metade recorria a abordagens per capita para o desenvolvimento de infra-estruturas. Todavia, poucos países adoptam abordagens abrangentes, que incluem a avaliação sistemática das necessidades e da participação efectiva para envolver na íntegra os intervenientes e os sectores relevantes. Problemas relacionados com a construção, o financiamento e a gestão de infra-estruturas raramente foram considerados nas políticas. Globalmente, observou-se uma falta de atenção explícita para promover os princípios da igualdade social, da colaboração intersectorial e da participação.

As informações recolhidas através do projecto IMPALA permitiram constatar o desenvolvimento de um conjunto de critérios de qualidade para as políticas, bem como de listas de verificação de apoio à efectiva implementação destas políticas. Estes critérios foram utilizados para avaliar as políticas em vigor e os mecanismos criados pelos países participantes no IMPALA.



# DEFINIÇÃO DO CONTEXTO:

## Política relativa às infra-estruturas para a AFL



Diversos documentos políticos apresentam orientações para melhorar as infra-estruturas para a AFL na comunidade:

- 2005 Livro Verde da UE, „Promoção de regimes alimentares saudáveis e da actividade física - uma dimensão europeia para a prevenção do excesso de peso, da obesidade e das doenças crónicas“
- 2007 Livro Branco da UE sobre o Desporto
- 2008 Orientações comunitárias em matéria de actividade física que recomendam acções políticas em favor de actividades físicas benéficas para a saúde
- 2006 Promoting Physical Activity and Active Living in Urban Environments. The role of local governments [Promoção da Actividade Física e da Vida Activa em Ambientes Urbanos. O papel das autarquias locais], da OMS Europa
- 2004 Estratégia Global da OMS em matéria de Regime Alimentar, Actividade Física e Saúde

Estes documentos remetem para diferentes aspectos da AF e do desporto, mas todos incluem importantes considerações para melhorar as infra-estruturas para a AFL.

### Abordar desigualdades sociais

O Livro Branco sobre o Desporto sublinha o papel social deste, e o seu potencial papel de relevo no apoio à inclusão social, à integração e à igualdade de oportunidades. De igual modo, o Livro Branco liga o desporto ao reforço da saúde pública, e pretende assegurar que todos os residentes em território da UE têm acesso ao desporto pela utilização adequada de infra-estruturas. O ambiente edificado é um elemento de relevo da saúde das pessoas, e regulamentações rígidas relativas ao acesso e à utilização das infra-estruturas que tenham o potencial de melhorar os níveis de AF podem contribuir para desigualdades sociais e, subsequentemente, para desigualdades na saúde. O Livro Verde destaca que alguns bairros podem desincentivar a AF e que a ausência de instalações recreativas pode afectar excessivamente grupos desfavorecidos devido, por exemplo, à falta de acessibilidade e a problemas com os transportes no âmbito do acesso a infra-estruturas adequadas. De acordo com a Estratégia Global da OMS, deve ser dada prioridade aos mais necessitados. A Estratégia Global e a Promoção da Actividade Física, ambos da OMS, apelam a uma acção baseada na comunidade, com forte apoio e liderança do governo.

Em relação à equidade social: a Comissão pretende assegurar que todas as políticas relevantes considerem os determinantes das desigualdades da saúde e que todas as acções contribuam para uma igualdade na distribuição da saúde no âmbito dos objectivos globais dos países para o desenvolvimento social e económico. Os países devem procurar compromissos transversais à sociedade e prestar uma atenção particular às necessidades de grupos vulneráveis. É frequente os subgrupos desfavorecidos estarem sub-representados

em clubes desportivos, em parte porque não são capazes de suportar os custos de adesão a esses clubes, pelo que usufruem de menos oportunidades para se envolverem na actividade física nos tempos livres. Muitas vezes, o planeamento e a construção de infra-estruturas negligenciam a procura dos mais necessitados...

Em relação à participação: o Livro Branco estabelece que o desporto promove um sentido partilhado de pertença e de participação, que vai para além dos benefícios inerentes à própria AF. As Orientações comunitárias em matéria de actividade física apelam a um maior apoio público. A Estratégia Global da OMS destaca a importância de alterar as normas sociais de modo que a AF possa ser integrada na vida quotidiana, através do envolvimento da comunidade.

### Integrar em todas as políticas ambientes para a actividade física

A Estratégia Global da OMS sublinha o papel central dos governos na criação de um ambiente de capacitação e encorajamento à AF, apelando a políticas multisectoriais que enquadrem e direccionem a mudança. A melhoria das infra-estruturas para a AF não tem só a ver com desportos. Uma ampla variedade de sectores e actores em todos os níveis da administração tem responsabilidade na melhoria das infra-estruturas através de uma análise permanente de modo a melhorar as oportunidades para a AFL. O documento apela também ao envolvimento de outros parceiros, como organizações de voluntariado/do terceiro sector, académicas, meios de comunicação e ainda do sector privado. As Orientações comunitárias em matéria de actividade física requerem abordagens transversais que envolvam sectores como o desporto, a saúde, o ensino, os transportes, o ambiente, o planeamento urbano e a segurança pública para melhorar a AF. O documento apela à colaboração interministerial, inter-agências e inter-profissional, incluindo todos os níveis de governo, e à colaboração com o sector privado e o terceiro sector, remetendo para critérios de qualidade usados no desenvolvimento e na implementação de políticas. Estes critérios podem ser adaptados a características específicas das políticas tendo em vista melhorar as infra-estruturas para a AFL.

O Livro Branco sobre o Desporto liga o desporto ao desenvolvimento sustentável bem como ao reforço da saúde pública. O Livro Verde defende também que o desenvolvimento de sinergias entre todos os sectores políticos relevantes é crucial para a criação de ambientes favoráveis e para a disponibilização de opções saudáveis.

As abordagens sistemáticas à participação na melhoria de infra-estruturas para a AFL passam por identificar e envolver profissionais relevantes, representantes de organizações governamentais e não governamentais, bem como grupos alvo específicos. Para serem eficazes, necessitam também de ter em conta objectivos de igualdade social e de estarem presentes em todas as políticas destinadas à melhoria de infra-estruturas para a AFL.



# DESENVOLVIMENTO DAS ORIENTAÇÕES

---

## *1ª Etapa:*

Avaliação de políticas existentes em 12 países europeus I/2009

## *2ª Etapa:*

Avaliação de mecanismos em vigor em 12 países europeus II/2009

## *3ª Etapa:*

Primeiro debate sobre conjunto de critérios de qualidade a partir da avaliação em Dezembro de 2009, numa reunião com todos os parceiros

## *4ª Etapa:*

Análise das orientações internacionais em vigor

## *5ª Etapa:*

Feedback por parte de todos os parceiros IMPALA em Maio de 2010 para uma primeira versão preliminar

## *6ª Etapa:*

Workshops com peritos nacionais nos países IMPALA e relatórios de feedback relativamente a uma versão preliminar revista, Verão de 2010

## *7ª Etapa:*

Apresentação da versão preliminar das orientações na

Conferência POIN2010, em 8 e 9 de Novembro de 2010, em Frankfurt/Alemanha.

Participação de peritos internacionais no debate e revisão

## *8ª Etapa:*

Apresentação das orientações à DG SANCO, início de 2011





Adams, N. & Harris, N. (2005). Best Practice Guidelines for Regional Development Strategies. Cardiff: Universidade de Cardiff.

Center for Disease Control and Prevention (2009). Recommended Community Strategies and Measurements to Prevent Obesity in the United States. MMWR Recommendations and Reports 58 (RR07): 1-26.

Comissão da União Europeia (2007a). Livro Branco "Livro Branco sobre o Desporto". COM (2007) 391 final. Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão da União Europeia (2007b). Livro Branco sobre "Uma estratégia para a Europa em matéria de problemas de saúde ligados à nutrição, ao excesso de peso e à obesidade". COM (2007) 279 final. Bruxelas: Comissão Europeia.

Comissão da União Europeia (2005). Livro Verde "Promoção de regimes alimentares saudáveis e da actividade física: uma dimensão europeia para a prevenção do excesso de peso, da obesidade e das doenças crónicas". COM (2005) 637 final. Bruxelas: Comissão Europeia.

Department of the Environment, Transport, and the Regions (2000). By Design: Urban design in the planning system: towards better practice. Londres: Dept. do Ambiente, dos Transportes, e das Regiões.

Edwards, P. & Tsouros, A. (2008). A healthy city is an active city: a physical activity planning guide. Copenhaga: Gabinete Regional da OMS para a Europa.

Edwards, P. & Tsouros, A. (2006). Promoting physical activity and active living in urban environments. The role of local governments. Copenhaga: Gabinete Regional da OMS para a Europa.

Grupo de Trabalho da UE sobre o Desporto e a Saúde (2008). Orientações comunitárias em matéria de actividade física que recomendam acções políticas em favor de actividades físicas benéficas para a saúde. Bruxelas: Grupo de Trabalho da UE sobre o Desporto e a Saúde.

Kaehler, R. & Rave, K. (2008). Sportstaetten neu denken und gestalten. Planen-finanzieren-bauen-betreiben. Kiel: Kieler Schriften zur Sportwissenschaft.

Landessportbund Hessen (Ed.) 2003. Handbuch der kommunalen Sportentwicklungsplanung. Zukunftsorientierte Sportstättenentwicklung Bd. 14. Frankfurt am Main: Landessportbund Hessen.

Landessportbund Hessen (Ed.) 2004. Sportstaetten-Management - Neue Wege fuer vereinseigene und kommunale Sportstaetten. Zukunftsorientierte Sportstaettenentwicklung Bd. 6. Frankfurt am Main: Landessportbund Hessen.

National Institute for Health and Clinical Excellence (2008). Promoting and creating built or natural environments that encourage and support physical activity. NICE public health guidance 8. Londres: NICE.

National Heart Foundation of Australia (Victorian Division) 2004. Healthy by design: a planners' guide to environments for active living. National Heart Foundation of Australia (Victorian Division).

Ministério para a Promoção da Saúde, Ontário (sem ano). Active 2010. Community Physical Activity Planning. A Resource Manual for communities preparing plans. Ontário: Ministério para a Promoção da Saúde.

Projektbeirat „Grundlagen zur Weiterentwicklung von Sportanlagen“ (2009). 10 Thesen zur Weiterentwicklung von Sportanlagen. Bonn: Bundesinstitut fuer Sportwissenschaft.

OMS (2008). A healthy city is an active city: a physical activity planning guide. Copenhaga: OMS Europa.

Organização Mundial da Saúde (2006). The role of local governments

Organização Mundial da Saúde (2004). Estratégia Global em matéria de Regime Alimentar, Actividade Física e Saúde. Genebra: OMS.



# FORMULÁRIO DE CANDIDATURA:

*Exemplo de Boas Práticas no IMPALA*

TÍTULO DO EXEMPLO	OBJECTIVO(S)	CONTEXTO	IMPACTO NA MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE AFL	LIÇÕES APRENDIDAS	CONTACTO	RECURSOS/ PÁGINA INTERNET
-------------------	--------------	----------	--	-------------------	----------	------------------------------





## RESULTADO DO PROJECTO COMUNITÁRIO IMPALA



### FINANCIADO POR:

Comissão Europeia – Agência Executiva para a Saúde e Consumidores  
Convenção de subvenção N.º. 20081208



Executive  
Agency for  
Health and  
Consumers

### COORDENADO POR:

Friedrich-Alexander - Universidade de Erlangen – Nuremberga  
Instituto do Desporto e de Ciências do Desporto  
Divisão de Saúde Pública e Actividade Física

**Friedrich-Alexander-Universität  
Erlangen-Nürnberg**



### TRADUZIDO POR:

Fernando Oliveira

